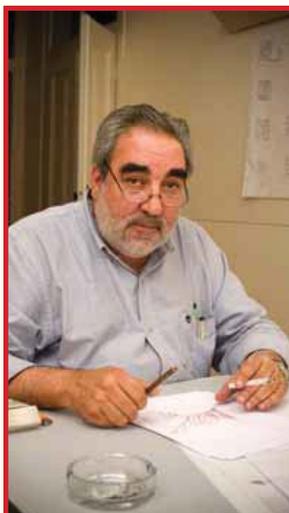


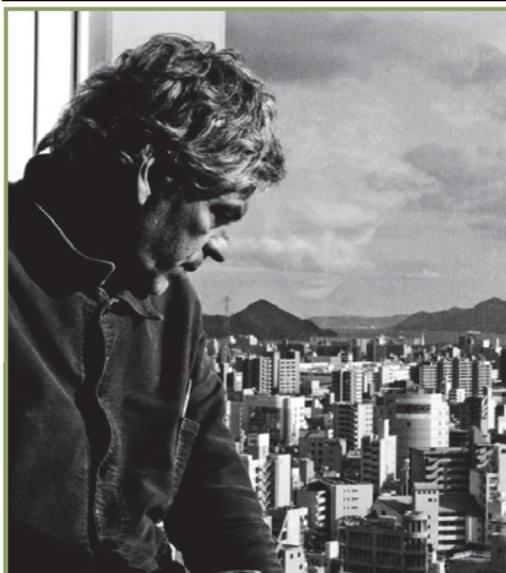
Diplomacia Cultural no século XXI

Pág. 2



**Cooperação
Portugal
progride
no Índice de
Compromisso
para o
Desenvolvimento**

Pág. 4



**Esquissos
de Souto
de Moura
em Seul**

Pág. 2

**FNUAP
Planeamento
familiar
é fator de
desenvolvimento**

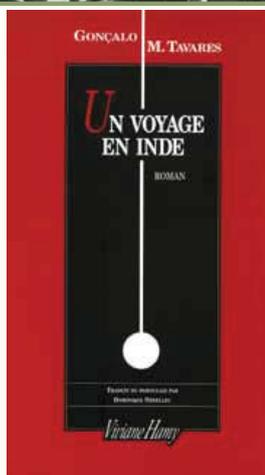
Pág. 4

**Exposição de Rui Chafes
& Pedro Costa em Tóquio**

Pág. 3

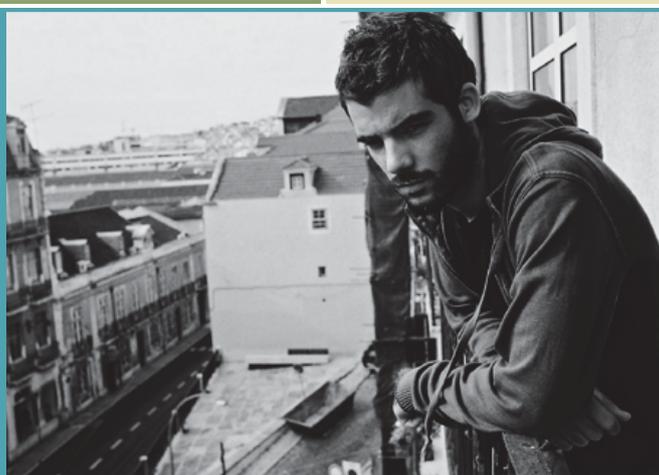
**Apoios
à edição
22 obras
publicadas
até final
do ano**

Pág. 3



**Jovens
realizadores
no 3.º Festival
de Cinema
Português
do Reino
Unido**

Pág. 3



Diplomacia cultural

O potencial do português como língua de ciência e de criação de redes

◀ A mais-valia portuguesa no plano internacional é a capacidade que o país tem de «construir redes», por falar «uma língua partilhada» e por ter «uma cultura que é também o resultado de muitas culturas». A tese foi defendida pela Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Ana Paula Laborinho, ao intervir no painel *A diplomacia cultural como vetor estratégico da política externa*, integrado na edição do outono do seminário 'Diplomacia para o Século XXI', promovido a 23 de novembro de 2012 pela UC de Ciência Política, Estratégia e Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

No painel, moderado pelo professor do ISCSP Heitor Romana, participaram ainda Jorge Rangel, Presidente do Instituto Internacional de Macau, e Luís Amado, ex-ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e atual Presidente do Banif.

Numa intervenção intitulada *A língua portuguesa: eixo estratégico da política cultural externa*, Ana Paula Laborinho afirmou que a diplomacia cultural é vista hoje em dia como um *soft power*, isto é, uma «capacidade de influência», mas considerou que o seu uso está ainda «aquém das reais possibilidades» que oferece. E, neste campo, referiu, a língua pode ser, como dizem os espanhóis, «um dos nossos pe-tróleos», ou «pelo menos um ativo importantíssimo a explorar».

PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA
Ana Paula Laborinho lembrou que durante a presidência portuguesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a língua portuguesa, e em particular «uma estratégia comum para a sua internacionalização», foi eleita como «eixo fundamental», de que resultou o Plano de Ação de Brasília de 2010.

O plano, que funciona como «um roteiro a executar», passa por questões como a introdução do português nos organismos internacionais, o que exige um investimento na formação de intérpretes e tradutores; pelo ensino da língua portuguesa nos países da CPLP; pela colaboração com o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) na criação de «bases de dados» e de um portal para professores, «juntando tudo aquilo que os vários estados estão a desenvolver», e pela elaboração conjunta de um vocabulário ortográfico comum; pela atenção às



Luís Amado e Ana Paula Laborinho Seminário Diplomacia para o Século XXI

diásporas, não só portuguesas, mas também de outros países da CPLP, «que constituem a tal rede importantíssima que devemos agregar e que importa que faça parte deste esforço conjunto»; pela difusão e presença pública da língua portuguesa nos meios de comunicação e na internet, pois «quanto mais conteúdos houver em português no espaço virtual, mais se reforça esta importância».

Mas para Ana Paula Laborinho, o mais relevante do Plano de Ação de Brasília foi o facto de «os países perceberem que, depois de uma fase inicial em que estavam consolidadas internamente as questões da língua, tinham agora também de se preocupar com a sua difusão externa, e por encontrarem uma plataforma comum, que se vai tentando construir».

Considerando que - no quadro de uma globalização em que se pensa globalmente, mas se age localmente - a sociedade do conhecimento e a construção de redes ganharam importância como motores da inovação, competitividade e desenvolvimento, a Presidente

do Camões IP sublinhou que «a diplomacia e a ação cultural externa devem assentar muito na questão do conhecimento em português».

«Temos tendência a depreciar o próprio valor da língua portuguesa, mas não há dúvida que uma ciência em português (...) pode ser um valor económico acrescentado», disse Ana Paula Laborinho. «Vemos países, como é o caso do Brasil, que hoje em dia apostam imenso numa ciência que é feita em português», sublinhou a Presidente do Camões IP, que referiu ainda o desenvolvimento de um «projeto de ciência em português» com a UNESCO, que inclui todos os países de língua portuguesa.

«LONGA HISTÓRIA»

Sobre a «longa» história da relação entre ciência, cultura e língua em Portugal, Ana Paula Laborinho evocou a história do próprio Camões IP, lançada em livro no final de 2011, afirmando que as instituições que antecederam o Camões, IP - Junta de Educação Nacional (a primeira, criada em 1929), Instituto para a Alta Cultura, Instituto de

Alta Cultura (IAC), Instituto de Cultura Portuguesa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa e Instituto Camões - «correspondem a uma forma de pensamento», e, no início, «estavam estava muito ligadas à ciência». As bolsas eram sobretudo no domínio da ciência e a sua concessão permitiu depois criar centros de investigação, desde a Filologia à Bacteriologia, passando pela Engenharia Civil. «Até o Laboratório Nacional de Engenharia Civil - referiu a Presidente do Camões IP - esteve na sua génese ligado a bolsas» concedidas pelo IAC. A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), criada em 1967 com o apoio do IAC, esteve na origem da atual Fundação para a Ciência e Tecnologia. Dessas bolsas, para investigação e doutoramento, beneficiaram figuras como Egas Moniz ou Eduardo Lourenço. «Gente muito ilustre ia fazer o doutoramento e, ao mesmo tempo, ensinava português».

A Presidente do Camões, IP, historiou também a evolução da «aposta mais direta na língua e na cultura» no exterior, feita por Portugal, sobretudo logo após o 25 de abril de 1974. Num primeiro momento em apoio da opção das ex-colónias em África pelo português como línguas oficiais e depois noutros continentes, nomeadamente na Ásia, em Macau, «no final dos anos 80, para apoiar toda a região na divulgação dos seus programas de língua e cultura portuguesa».

Hoje em dia, no domínio da língua e da cultura, o Camões, IP, posiciona-se institucionalmente como «adjuvante da internacionalização das universidades portuguesas e do ensino em geral» e coloca no «centro» das suas preocupações a divulgação cultural, que procura que esteja articulada com a própria diplomacia económica. Nesse sentido, o Camões, IP, «valoriza muito uma programação da contemporaneidade, não deixando também os cruzamentos com a tradição» e apostando nas «indústrias culturais e criativas de marca portuguesa» - do cinema à música, da literatura às artes performativas, da arquitetura ao design, da moda à gastronomia.

No caso da cultura, Ana Paula Laborinho considerou que «fazer uma programação é também um modo de dizer um pensamento sobre o mundo». Nesse quadro destacou o programa «precursor» *Próximo Futuro*, da Fundação Calouste Gulbenkian, que veio dizer que «a estética converge com a ética». «As programações culturais passaram a juntar hoje em dia cultura e alguma outra coisa, cultura e ambiente, cultura e conflito, cultura e direitos humanos, cultura e desenvolvimento», declarou. É um «novo eixo central», de que há que ter consciência e ter em conta na no trabalho de diplomacia cultural, disse.

Esquissos de Souto de Moura em Seul



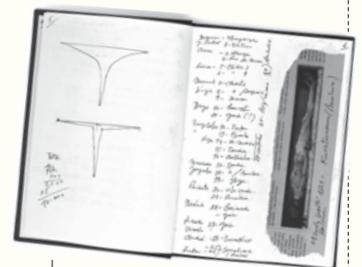
◀ A exposição 'Eduardo Souto de Moura - Concursos: 1979-2010' esteve patente em Seul, de 26 de novembro a 7 de dezembro, na Universidade Yonsei, numa iniciativa organizada conjuntamente por aquela universidade, a Embaixada de Portugal em Seul e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

A exposição, no *Atrium Hall* do Departamento de Engenharia da Universidade Yonsei, cobre 52 projetos que o arquiteto português, vencedor do Prémio Pritzker em 2011, submeteu a concursos ao longo da sua carreira, de 1979 a 2010.

Mais do que uma exposição sobre o 'produto final' da arquitetura, a escolha dos materiais exibidos (os esquissos iniciais do arquiteto e materiais de apoio no desenvolvimento dos projetos, a par de fotografias e maquetes) deu visibilidade ao habitualmente invisível método de trabalho por detrás da tangibilidade da arquitetura.

Esta foi uma oportunidade privilegiada para o público sul-coreano tomar contacto com o trabalho de um arquiteto de quem o júri do Prémio Pritzker disse ter produzido «um corpo de trabalho que é do nosso tempo mas que também traz ecos de tradições arquitetónicas». Os seus edifícios têm uma capacidade única de transmitir a um tempo características aparentemente conflituosas - poder e modéstia, desafio e subtileza, firme autoridade pública e um sentimento de intimidade.»

A exposição em Seul foi curada por André Campos, arquiteto português que esteve na capital coreana para uma palestra sobre o trabalho de Eduardo Souto de Moura, na Universidade Yonsei.



Exposição de Rui Chafes & Pedro Costa Movimento e quietude em Tóquio promoção no exterior

■ Rui Chafes e Pedro Costa, dois nomes de referência da contemporaneidade portuguesa – um escultor, o outro cineasta – reeditam em público o diálogo criativo que expuseram pela primeira vez em 2005, em Serralves. Um diálogo que estes dois criadores agora levam ao Museu de Arte Contemporânea Hara, em Shinagawa, Tóquio, até 10 de março de 2013.

A exposição *MU – Pedro Costa & Rui Chafes*, no Museu Hara em Tóquio – um espaço emblemático da arte contemporânea japonesa – mostra ao público japonês um conjunto de trabalhos compostos por instalações de vídeos e esculturas. A exposição é o resultado da «tentativa de diálogo dos dois artistas (e amigos íntimos)», através de duas linguagens distintas como o filme e a escultura, a arte em movimento e a arte estática», segundo uma nota produzida pela Embaixada de Portugal em Tóquio, que patrocina o evento.

Da exposição conjunta *FORA! / OUTI*, em Serralves, são também apresentadas duas obras de cada um dos autores, a que se juntam três novos trabalhos, também de cada um deles, para a exposição no museu Hara, «tendo em conta as características únicas do espaço do museu que também foi residência privada da família Hara».

Embora, como em Serralves, com curadoria de Catherine David e João Fernandes, a que acresce agora a colaboração de Atsuo Yasuda, a exposição apresenta «uma nova identidade», expressa na sua designação – *MU* (palavra japonesa que significa vazio, nada ou ausência) em homenagem ao grande cineasta japonês Yasujiro Ozu.

«Cinema e escultura – dois diferentes campos de atividade praticados por dois artistas portugueses que irão desvendar trabalhos de luz e sombra, movimento e quietude dentro do espaço único do Museu Hara. Que tipo de tempo e espaço vai este confronto entre opostos dar à luz?», pergunta por seu lado o próprio museu numa nota de imprensa sobre a exposição.

A 8 de dezembro passado, houve um *Talk Event* dos dois artistas no Museu Hara destinado a convidados de referência do mundo artístico Japonês.

A ligação de Pedro Costa ao Japão é já antiga, tendo uma retrospectiva do seu trabalho sido apresentada no Museu Hara destinado a convidados de referência do mundo artístico Japonês. A ligação de Pedro Costa ao Japão é já antiga, tendo uma retrospectiva do seu trabalho sido apresentada no Museu Hara destinado a convidados de referência do mundo artístico Japonês.



Pedro Costa *Minio macho, minion fêmea*, 2005, instalação vídeo (2 ecrãs), Coleção de Serralves Museu de Arte Contemporânea

Por sua vez, Rui Chafes participou na exposição *Arte Contemporânea de Portugal*, que teve lugar no Japão em 1993 no Hara Museum Arc, na ocasião das celebrações dos 450 anos da chegada dos navegadores portugueses ao Japão.

Em 2013, celebram-se os 470 anos do primeiro contacto entre Portugal e Japão e esta exposição irá marcar o início de várias atividades comemorativas de uma longa amizade tecida por relações comerciais e experiências culturais que marcam a história de ambos os países.

FESTIVAL, SEMINÁRIO E PROJEÇÕES

A exposição foi acompanhada de uma série de eventos paralelos, com destaque para a apresentação no Festival Internacional de Cinema, Tokyo Filmex 2012, entre 23 de novembro e 2 de dezembro, do filme coletivo *Centro Histórico*, encomendado por Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012 a Pedro Costa, Manoel de Oliveira, Aki Kaurismäki e Victor Erice, com duas projeções previstas (27 de novembro e 2 de dezembro).

Aproveitando também a presença de Pedro Costa em Tóquio, realizou-se a 2 de dezembro uma conferência com a presença do realizador antes da projeção do filme. Durante este período foi ainda organizado um seminário (*Talent Master Talk*) por Pedro Costa, destinado a estudantes de cinema. A estreia do filme *Centro Histórico* nas salas de cinema no Japão está prevista para a segunda metade do ano de 2013 pelo distribuidor 'Long Ride'.

Até 13 de dezembro, decorre uma mostra de cinema no Auditório de



Rui Chafes *Tenho frio*, 2005, ferro pintado, 273x130x124 cm

Shibuya em Tóquio, com a projeção de filmes selecionados por Pedro Costa e Rui Chafes, de vários realizadores que influenciaram os seus trabalhos. No primeiro dia deste evento, os dois artistas estiveram presentes para dar uma pequena conferência conjunta. Este evento foi organizado por 'Cinematrix', distribuidor de vários filmes de Pedro Costa no Japão.

De 5 e 7 de dezembro foram projetados dois documentários sobre as obras dos dois artistas portugueses no Athenée Français, Centro Cultural Francês em Tóquio. Os filmes apresentados foram *Durante o Fim* sobre Rui Chafes, por João Trabuço, e *Tout Refleurit* sobre Pedro Costa, por Aurélien Gerbault.



Apoios à edição 22 obras publicadas até final do ano

■ Praticamente um terço das 22 obras literárias de autores portugueses que receberam apoios do Camões, IP, para a sua tradução e edição em 2012 em países estrangeiros já foram publicadas e as restantes vão sê-lo até final do ano.

O programa de apoio à edição de 2012 do Camões, IP, privilegiou este ano a publicação em chinês e espanhol. A prioridade dada à língua chinesa decorreu da celebração do Ano do Diálogo Intercultural UE China/2012, tendo sido atribuído um apoio à publicação pelo Thinkingdon Media Group Ltd do *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, traduzido por Fan Weixin, obra que também vai ser publicada na Ucrânia pela Folio Publishers, com tradução de Victor Shovkun. O Prémio Nobel da Literatura é, aliás o mais traduzido nesta lista, com a publicação de *As intermitências da Morte* na Lituânia, pela editora Kitos Knygos, com tradução de Zigmantas Ardickas, e *Todos os Nomes*, na Sérvia, pela editora Laguna Publishing House, com tradução de Ana Jovanović Kuzmanović.

Em espanhol foram publicadas obras de Fernando Pessoa, na Colômbia – *Plural como o Universo*, pela Tragaluz Editores S.A, com tradução de Jerónimo Pizarro, responsável pela Cátedra de Estudos Portugueses *Fernando Pessoa*, na Universidad de Los Andes – e em Espanha, foi editada a antologia poética bilingue de Alberto Lacerda, *O Encantamento*, com tradução de Luis María Marina Bravo, pela Olifante Ediciones, e prevê-se a publicação de obras de Jorge de Sena e Eça de Queiroz.

Entre os autores já publicados, destaca-se a *Antologia de Poemas*, que reúne textos de Ana Luísa Amaral, Nuno Júdice e Vasco Graça Moura, editados pela Almagiva,

uma pequena editora sueca dedicada quase exclusivamente à tradução e à divulgação de autores de língua portuguesa, nascida da paixão de Marianne Sandels pela língua e cultura dos países de expressão portuguesa.

Outros autores já publicados são Mário de Sá-Carneiro (*A Confissão de Lúcio*, na Roménia, com tradução de Georgiana Barbulescu e edição da Univer Publishing House), Mário de Carvalho (*Casos do beco das saradinheiras*, em França, pelas Éditions Atelier In 8, com tradução de Elodie Dupau) e Gonçalo M. Tavares.

A publicação, em França, pelas Éditions Viviane Hamy, com tradução de Dominique Nedellec, de *Viagem à Índia*, de Gonçalo M. Tavares, mereceu comentários entusiásticos da imprensa local, com a inserção de críticas elogiosas no *Monde des Livres*, *Figaro Littéraire*, *Magazine Litteraire*, *La Croix*, revista *Lire e Livres Hebdo*, segundo a Leya, a editora portuguesa do escritor.

Pierre Assouline, membro do júri do prémio Goncourt, afirmou no semanário *DNA* que o livro que mais o «fascinou nesta *rentrée*» foi «um livro estrangeiro, que não pode por isso concorrer (ao prémio Goncourt), chama-se *Uma Viagem à Índia*». *O Senhor Valéry*, *O Senhor Henri*, *O Senhor Juarroz*, *O Senhor Calvino*, *O Senhor Brecht*, *O Senhor Swedenborg*, de Gonçalo M. Tavares serão ainda publicados este ano pela Tranan Publishing House, na Suécia, com tradução de Hans Berggren.

Jacinto Lucas Pires, Sophia de Mello Breyner Andresen e Orlando Ribeiro (todos em Itália), Válder Hugo Mão (na Croácia), Fernão Mendes Pinto (na Hungria), Júlio Dinis (na Rússia) e Eça de Queiroz (na República Checa) verão também obras suas publicadas até final do ano.

Cooperação

Portugal – 2º país que mais progrediu no índice CDI de 2003 para 2012

Portugal encontra-se na 10ª posição no Índice de Compromisso para o Desenvolvimento (*Commitment to Development Index - CDI*), divulgado em outubro de 2012 pelo Center for Global Development, uma organização independente com sede em Washington.

Portugal é o 2º país listado que mais aumentou a sua pontuação entre 2003 e 2012, logo a seguir ao Japão, e por áreas é primeiro na tecnologia.

O CDI, que é liderado pela Dinamarca (com 7,0 pontos) e onde os países nórdicos ocupam 4 das 10 primeiras posições, estabelece uma classificação de 27 países (todos democracias) mais ricos do mundo «na sua dedicação a políticas que beneficiam 5,5 mil milhões de pessoas que vivem nos países mais pobres».

O índice vai para além das comparações habituais dos volumes de ajuda ao estrangeiro, ao quantificar «um leque de políticas dos países ricos que afetam os pobres nos países em desenvolvimento».

Esses indicadores são a quantidade e qualidade da ajuda ao exterior, a abertura dos países às exportações, as políticas de encorajamento ao investimento, migratórias, ambientais e de segurança e ainda o apoio que prestam à criação e disseminação tecnológica.

No CDI, Portugal apresenta uma pontuação de 5,5, ficando à frente de países como Canadá, Alemanha, Bélgica, França, Austrália, Espanha, Suíça, Estados Unidos e Itália. Isto é possível porque o índice está «ajustado ao tamanho», para comparar em que medida «os países estão a proceder de acordo com o seu potencial para ajudar», explica o Center for Global Development, que dá como exemplo os Estados Unidos – 19º da classificação – que dão muito mais ajuda que a Dinamarca, mas «bastante menos de acordo com o tamanho da sua economia».

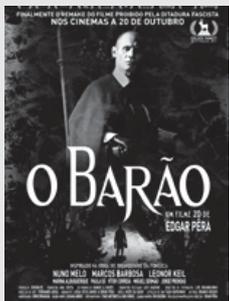
Portugal foi o 2º país que maior aumento (+1,1) teve na pontuação do índice, logo a seguir ao Japão (+1,3) e à frente da Finlândia (+1,0). Por áreas, as melhores posições de Portugal estão nas políticas tecnológicas (1º), de ambiente (7º), de segurança (7º), no comércio (12º), no investimento (13º), na ajuda (19º) e nas políticas migratórias (20º).

Relativamente à tecnologia, a classificação premeia «as políticas que apoiam a criação e disseminação de inovações valiosas para os países em desenvolvimento. Premeia os subsídios governamentais à investigação e desenvolvimento (I&D), seja através de despesa ou de benefícios fiscais, descontando em metade a I&D militar. Também consignadas estão as políticas sobre os direitos de propriedade intelectual, que podem inibir o fluxo internacional de inovações», explica a organização.

Porque é que o CDI interessa? - Pergunta o Center for Global Development, que responde: «porque num mundo crescentemente integrado, o comportamento dos países ricos pode afetar profundamente as vidas das pessoas nos países pobres e porque a pobreza e instituições fracas nos países em desenvolvimento podem gerar crises de saúde pública, ameaças à segurança e crises económicas que não conhecem fronteiras».

Reino Unido

3º Festival de Cinema Português trouxe jovens realizadores



Seis sessões, quatro salas. Na modéstia dos números escondeu-se uma programação que ofereceu a possibilidade de contactar ao vivo com alguns dos atuais protagonistas do cinema português. O Festival de Cinema Português no Reino Unido regressou a Londres para a sua 3ª edição, em novembro e dezembro de 2012, mostrando as «novas produções cinematográficas lusófonas contemporâneas».

A organização do festival pela Filmville, criada em 2007 com o objetivo de «fazer a curadoria e a

promoção de eventos cinematográficos em torno das culturas portuguesa e lusófona no Reino Unido», possibilitou o contacto em Londres com o público cinéfilo britânico, entre 8 e 25 de novembro, de cineastas como João Salaviza; Susana Sousa Dias e Edgar Pêra, para além de figuras como a pintora «luso-britânica» Paula Rego e a jornalista espanhola e Presidente da Fundação José Saramago, Pilar del Rio.



FNUAP

Planeamento familiar é fator de desenvolvimento

Uma defesa do acesso ao planeamento familiar, entendido como um «direito humano essencial» e um fator de desenvolvimento, foi feita no relatório de 2012 sobre a situação da população mundial, da responsabilidade do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), lançado a 14 de novembro, na Assembleia da República (AR), em Lisboa, tal como em mais de 100 capitais mundiais.

O estudo prevê que, em 2012, ocorram em todo o mundo 80 milhões de gravidezes indesejadas devido a falhas no acesso ao planeamento familiar, estimando que nos países pobres continuem excluídas deste direito 222 milhões de mulheres.

Na capital portuguesa, a divulgação do relatório de 2012, aconteceu numa sessão organizada na sala do Senado pela AR, Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPSPD) e Associação para o Planeamento da Família (APF), foi antecedida por um debate com o tema 'Planeamento Familiar e a Saúde Sexual e Reprodutiva nas Agendas de Direitos Humanos e de Desenvolvimento'.

Nesse debate, com moderação do deputado do GPPSPD Luís Fazenda, entrevistaram Ana Paula

Laborinho, Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Lisa Vicente, da Divisão de Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da Direção-geral de Saúde, e Alice Frade, antropóloga, da APF.

O relatório da FNUAP sobre a *Situação da População Mundial 2012* teve este ano o tema 'Por escolha, não por acaso – planeamento familiar, direitos humanos e desenvolvimento'. «O acesso ao planeamento familiar, que é um direito humano essencial, oferece recompensas sem precedentes para o desenvolvimento económico. Os custos de se ignorar esse direito incluem a pobreza, a exclusão, uma saúde débil e desigualdade de género», indicava uma nota da FNUAP a propósito da divulgação do relatório.

O documento, disponível em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, «apresenta evidências do impacto económico do planeamento familiar nas famílias, comunidades e países», acrescentou esta agência das Nações Unidas.

POINTOS-CHAVE

O diretor do FNUAP, o nigeriano Babatunde Osotimehin, defendeu no dia da apresentação mundial do relatório o reforço do investimento em planeamento familiar nos países

pobres, sublinhando o seu «efeito multiplicador» no desenvolvimento e o facto de ser «um dos meios mais eficazes de alargar as formas de ação das mulheres».

«Se a comunidade internacional fizesse investimentos de 8.100 milhões de dólares anuais (6.363 milhões de euros), poderíamos eliminar as necessidades [de planeamento familiar] e milhões de pessoas juntar-se-iam às que podem determinar a trajetória que aspiram para as suas vidas», disse Osotimehin. Para o diretor do FNUAP, é preciso que os governos e os fornecedores de serviços «asseguem que o planeamento familiar esteja ao alcance de todas as pessoas que a ele querem ter acesso, especialmente os pobres».

Alguns pontos-chave do relatório compreendem a abordagem do direito ao planeamento familiar, a análise de dados e tendências para compreender as necessidades, o impacto social e económico do planeamento familiar, os desafios em alargar o seu acesso a todas as pessoas, os custos e a poupança de defender o direito ao planeamento familiar e a necessidade de tornar universal o direito ao planeamento familiar.

A apresentação do relatório em Lisboa numa sessão que teve na mesa de abertura Teresa Caetano, Vice-Presidente da AR e deputada do GPPSPD, Sara Sereno, da direção nacional da APF, e Benedict Light, funcionário da FNUAP, foi feita numa sessão de debate que teve como intervenientes Benedict Light e Catarina Furtado, embaixadora da Boa Vontade do FNUAP, com moderação de Mónica Ferro, deputada e coordenadora do GPPSPD.

A sessão de encerramento contou com a participação do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Brites Pereira.

O FNUAP «é uma agência de cooperação internacional para o desenvolvimento que promove o direito de cada mulher, homem, jovem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades».

A agência «apoia os países na utilização de dados sociodemográficos para a formulação de políticas e programas para reduzir a pobreza e assegurar que todas as gravidezes sejam desejadas, todos os partos sejam seguros, todos os jovens fiquem livres de VIH/SIDA e todas as meninas, raparigas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito».



Camões, IP

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa

TEL. 351+213 109 100

FAX. 351+213 143 987

www.instituto-camoes.pt

jlcarte@instituto-camoes.pt

PRESIDENTE Ana Paula Laborinho

COORDENAÇÃO Margarida Duarte

COLABORAÇÃO Carlos Lobato